



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de encerramento da
XII Reunião Interamericana de Ministros da
Saúde e da Agricultura*

HOTEL RENAISSANCE, SÃO PAULO, SP, 4 DE MAIO DE 2001

Meu Governador e amigo Geraldo Alckimin; Senhor Ministro da Agricultura, Doutor Marcus Vinícius Pratini de Moraes; Senhor Georges Alleyne, Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde; Doutor João Carlos Souza Meirelles, Secretário de Agricultura; meu caro amigo, Embaixador Valter Pecly Moreira, que nos representa junto à Organização dos Estados Americanos (OEA),

Desejo, antes de tudo, congratular-me com a Organização Pan-americana de Saúde e a Secretaria de Saúde do Governo do Estado de São Paulo pela realização desta XII Reunião Interamericana sobre Saúde e Agricultura, que, estou certo, representou um marco no debate hemisférico sobre controle de alimentos e saúde animal.

Agradeço aos organizadores o convite para participar do encontro e a oportunidade de reafirmar o compromisso do Brasil com a cooperação interamericana em temas de inegável interesse para a economia da região e para o próprio bem-estar de nossos povos.

Estou ciente de que o encontro de São Paulo foi a primeira ocasião em que este foro contou com a participação dos Ministros da Saúde dos

países do hemisfério, passo que corrobora a reconhecida interdependência entre sanidade animal e políticas de saúde pública.

Quero também saudar a aprovação da proposta brasileira de criação do Comitê Pan-Americano de Inocuidade de Alimentos. É uma medida que concorrerá para a harmonização e reforço das regras de proteção de alimentos em todos os países das Américas.

Entendo que as Senhoras e os Senhores se detiveram em suas deliberações no esforço de erradicação, em nosso hemisfério, da febre aftosa, esforço em que o Continente já contabiliza resultados expressivos. Assim bem o demonstra o fato de que mais de 60 % do rebanho da América do Sul encontram-se hoje em áreas livres da doença. Mas sabemos todos que o combate à febre aftosa deve continuar a merecer o mais aguerrido empenho das autoridades e do setor privado de nossos países. Não se trata de uma luta menor, cujos efeitos se esgotem nos indicadores domésticos de sanidade animal, mas de uma ação com impacto certo sobre a afirmação de nossa região como ator de peso em um importante segmento da economia internacional.

A ocorrência da febre aftosa e da “vaca louca” em países europeus tem demonstrado à exaustão a magnitude do desafio de enfrentar esses males, uma vez instalados. Mas é de conhecimento geral que o rebanho sul-americano é dos mais saudáveis, o que desautoriza paralelos estreitos com a situação européia. Não pairam dúvidas tampouco sobre o compromisso dos países da região em reforçar cada vez mais a sanidade de seus rebanhos.

E aprez-me agradecer o fato que me foi comunicado agora pelo Ministro da Agricultura do Brasil, de que os Ministros da Agricultura do Mercosul, da Bolívia e do Chile assinaram um convênio para trabalharem em conjunto nesse esforço que há de ser, realmente, de toda a nossa região.

O recente mal-entendido com países amigos sobre o rebanho brasileiro trouxe esse efeito positivo. Sofremos com uma decisão equivocada, mas ficou demonstrada de maneira irrefutável a qualidade de nosso gado, o valor de nossa carne.

Se o Brasil teve êxito nesse episódio foi exatamente por conta de um histórico de seriedade e empenho na defesa da pecuária nacional, onde Governo e setor privado sempre estiveram e continuarão de mãos dadas.

Permitam-me, a esse respeito, uma breve retrospectiva sobre o combate no Brasil à febre aftosa.

Em maio de 1998, o Escritório Internacional de Epizootias declarou parte da região Sul do País como zona livre de febre aftosa com vacinação. A partir de maio de 2000, avançamos no sentido de caracterizar essa região como zona livre sem vacinação.

Constatamos a reintrodução da doença em agosto do ano passado, mas soubemos adotar com a presteza necessária medidas que nos mantiveram no caminho certo. Corrigimos o problema e prosseguimos sem qualquer solução de continuidade no esforço de ampliar a zona livre de aftosa.

No primeiro encontro hemisférico sobre o tema realizado em Brasília, em 1996, sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde, afirmei que o Brasil faria o possível para estar livre da aftosa até 2005. É com muita satisfação que hoje me sinto em condições de afirmar que essa meta pode ser cumprida mais cedo do que o previsto, quem sabe até o fim de 2002. Assim desejam o Governo, o setor privado e a própria opinião pública, convencida como está da importância do tema para a projeção dos interesses nacionais, interesses que, neste particular, coincidem com as aspirações da América do Sul como um todo.

Quero acrescentar o fato de nós estarmos aqui, fazendo um esforço considerável, no Brasil e na região. Recentemente, prestamos uma cooperação ao governo do Uruguai, porque sabemos que a sanidade dos rebanhos dos nossos vizinhos é essencial para a sanidade do nosso próprio rebanho e vice-versa. Mas que o fato de nós, hoje, termos a convicção baseada em ações públicas e privadas e na consciência da coletividade, e de que é necessário controlar a aftosa, não deve deixar que descansemos, porque há outras moléstias que são igualmente perigosas.

Ainda agora, o Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, juntamente com o Secretário da Agricultura, me informavam a respeito da necessidade de chamarmos a atenção, não para a “vaca louca”, que nós

não a temos, mas para a loucura das vacas que, infelizmente, temos. Se fosse só das vacas... Efetivamente, quando éramos meninos, era comum ver-se a preocupação com cachorros loucos. Havia mesmo um carrinho especial para capturar nas ruas os cachorros loucos. Com persistência, a moléstia arrefeceu.

A mesma persistência deverá ser agora utilizada para evitar que a loucura no gado possa prejudicar, principalmente, o pequeno produtor que não tem, muitas vezes, os recursos e nem o conhecimento, e que perde o seu rebanho. Embora não se comparem as duas moléstias e não se compare o esforço que tem sido necessário para combater a aftosa com essa outra moléstia que pode afetar o rebanho, nós devemos continuar expandindo as nossas preocupações, sempre em sintonia, sempre juntando agricultura e medicina.

Infelizmente, não sou nem especializado na agricultura, nem sou médico, mas sociólogo “sabe tudo”. De modo que me meto a falar sobre o que não entendo, mas de oitiva – e tenho bons ouvidos. Hoje mesmo, nos corredores, aprendi a necessidade de mais essa preocupação. O fato é que nós não descansaremos, no esforço permanente de melhorar as condições de sanidade humana e de sanidade animal e vegetal.

No século que se inicia, vamos ser competitivos não apenas porque o Brasil está qualificado para tanto, mas também porque fazemos parte de uma região que sabe valorizar as vantagens comparativas que detém diante de outros espaços geográficos.

Talvez não haja campo mais emblemático das assimetrias e injustiças que afetam a economia internacional do que a agropecuária. O Brasil e seus vizinhos sul-americanos são penalizados por esse estado de coisas. São inúmeros os produtos de nossa pauta que sofrem restrições injustificáveis em mercados mais dinâmicos, que continuam a levantar óbices protecionistas, como as barreiras fitossanitárias.

É um entrave dos mais nocivos a nosso desenvolvimento, além de discriminatório e injusto.

É mais do que hora de os países desenvolvidos atenderem ao preceito básico de que a liberalização do comércio internacional jamais será efetiva se contemplar apenas as áreas e produtos de seu interesse imediato.

Quando se fala de livre troca, é preciso que ela seja ampla, abrangente e que opere em mão dupla, beneficiando todos, ricos e pobres, sob o risco de estarmos perpetuando um sistema de indisfarçável iniquidade.

Não preciso dizer que o Brasil continuará a defender com o máximo de rigor, tanto na Organização Mundial do Comércio, como no âmbito hemisférico e nas negociações com outros agrupamentos econômicos, que a liberalização do comércio internacional também se aplique aos produtos primários.

É simplesmente inaceitável que continuemos a ser penalizados pelo fato de sermos competitivos, por contarmos com uma agricultura e uma pecuária de reconhecida qualidade e com níveis crescentes de produtividade. Fazemos questão, e sei que a tanto também aspiram nossos vizinhos, de ocupar o lugar que nos cabe no comércio internacional – esta é uma meta da qual meu governo não abre mão, inclusive por ser partilhada pelo empresariado e trabalhadores do campo. É a sociedade brasileira que reclama padrões mais equânimes de relacionamento comercial com o mundo desenvolvido, e isso nos trará mais renda e mais emprego, e com isso nos manteremos no caminho do crescimento sustentado, com justiça e equidade. Mas se trata também, volto a insistir, de uma questão de princípio. Lutaremos para ter o retorno a que fazemos jus pelo desempenho de nossa economia, pela qualidade de nossos produtos.

Quero esclarecer que as minhas palavras não devem ser entendidas como se o Brasil estivesse colocando obstáculos ou postergando decisões que levem ao livre comércio. Pelo contrário. Quando o Brasil assume as posições que assume, com tranquilidade mas com firmeza, na defesa dos interesses do nosso povo, o faz a partir do princípio da igualdade entre as nações. E a partir do princípio de que o Brasil é respeitador dos tratados internacionais.

Ainda ontem, ao ter a satisfação de estar presente à abertura de uma exposição de gado zebuino, em Uberaba, no Estado de Minas Gerais, eu reafirmei a nossa posição numa delicada matéria, que é a matéria chamada de Direitos de Propriedade Intelectual.

Eu era Ministro do Exterior quando o Brasil começou a ser reorientar no sentido de aceitar as regras de defesa da propriedade intelectual. E eu por elas me empenhei. Mas também me empenhei, como me empenho hoje, como Presidente, no sentido de que essas regras não podem ser discriminatórias. Quando um país, por razões de emergência ou por razões humanitárias, necessita da produção de um medicamento, se esse medicamento não lhe é oferecido sob a evocação de uma lei de patentes, é preciso que haja, como há, na legislação brasileira, um provisor que permita que, nesses casos, o governo atue para beneficiar a saúde da população e produza os medicamentos necessários.

Nisso não vai – repito – qualquer transgressão ao Tratado de Trips. Até porque na própria legislação americana existem dispositivos semelhantes. E até porque o objetivo do País não é fazer com que os detentores de patentes sofram prejuízos ou não produzam, mas é fazer que produzam nas condições necessárias para que, em primeiro lugar, esteja a saúde e não o mercado.

Há condições em que o livre comércio – e isso não feriria o espírito de Adam Smith – não pode ser pensado, senão como uma forma da livre e boa relação entre as pessoas da sociedade e os povos. O Comércio foi pensado pelos seus clássicos proponentes como um instrumento de paz. Quero recordar o que tenho feito em algumas ocasiões. Nos textos clássicos, quando se falava do livre comércio, se referia – e me perdoem o francês – ao “le doux commerce”. Era assim que se dizia. Porque o comércio era considerado como uma forma de aproximação, um relacionamento entre as pessoas.

O mercado não era considerado apenas como o instrumento que é, também, de produção do lucro, mas como um instrumento de aproximação, de socialização, de troca, de divisão do trabalho, que engendra em si mesmo formas de solidariedade. Uns fazem uma coisa, outros, outras coisas. E a humanidade vive da complementação de uns com os outros. É nesse contexto que o Brasil defende a aplicação rigorosa das regras de propriedade intelectual para aumentar a melhoria de condições de vida da população.

Não é, portanto, um gesto contrário ao espírito do tempo. É um gesto feito em consonância com um país que sabe que a globalização é um processo produtivo, que está apenas se iniciando. Mas que ela não pode ser considerada como alguma coisa que isole as populações, que exclua setores das populações e não pode ser contra a solidariedade. Há de ser com mais solidariedade. Nesses casos, a posição do governo do Brasil é tranqüila, não é belicosa, mas é de muita resistência e de muita firmeza, porque o governo quer ser fiel ao sentimento do seu povo.

Estou certo de que as delegações aqui presentes são receptivas a esta mensagem, já que estamos reunidos em torno de uma causa comum. Buscamos o reforço da solidariedade hemisférica. Na minha visão, ela é um passo para a solidariedade internacional.

Defendemos a concertação de esforços a favor de uma promoção continuada do bem-estar de nossos povos. Para tanto, é imprescindível que saibamos cultivar padrões de relacionamento cada dia mais justos.

Ganharão com isso o Brasil, nossos vizinhos, as Américas, coesas em sua diversidade, unidas nas suas diferenças.

Muito obrigado.